

PRODUTO EDUCACIONAL



VIVÊNCIAS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

subsídios para reflexão da escola na
perspectiva da gestão democrática e da
qualidade social da educação.

TATIANE CHRISTINE REAL LAMARCA
SANNY SILVA DA ROSA

FICHA CATALOGRÁFICA

LAMARCA, TATIANE CHRISTINE REAL; ROSA, SANNY SILVA DA.

VIVÊNCIAS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIADEMA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO. (LIVRO DIGITAL). TATIANE CHRISTINE REAL LAMARCA. SÃO CAETANO DO SUL: USCS 2022. PDF (XX P.)

BIBLIOGRAFIA:

ISBN:

PRODUTO DE Mestrado Profissional - USCS, UNIVERSIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE Mestrado Profissional, 2022.

DIREITO À EDUCAÇÃO. 2. ENSINO REMOTO. 3. GESTÃO ESCOLAR. 4. PANDEMIA. I- UNIVERSIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL. II- VIVÊNCIAS DA PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE DIADEMA: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

SUMÁRIO

1. O e-book.....	4
2. O cenário da educação na pandemia de COVID- 19.....	5
3. Subsídios para refletir sobre a escola no contexto pós- pandêmico	12
3.1 Busca Ativa: igualdade de oportunidades.....	14
3.2 Currículo e Recuperação das aprendizagens	17
3.3 Educação especial.....	19
3.4 Educação de Jovens e adultos.....	21
3.5 Recursos digitais.....	23
3.7 Gestão democrática.....	25
REFERÊNCIAS.....	29

EU SOU AQUELA MULHER A QUEM O TEMPO MUITO ENSINOU. ENSINOU A AMAR A VIDA E NÃO DESISTIR DA LUTA, RECOMEÇAR NA DERROTA, RENUNCIAR A PALAVRAS E PENSAMENTOS NEGATIVOS. ACREDITAR NOS VALORES HUMANOS E SER OTIMISTA. O TEMPO É DE GRATIDÃO!”

(CORA CORALINA)

O e-book

É o desdobramento da dissertação “Direito à educação em tempos de pandemia: o papel do gestor no município de Diadema”, um estudo, no qual objetivo foi analisar as estratégias e ações adotadas pelos gestores escolares da rede municipal de educação de Diadema (SP), com vistas a mitigar as desigualdades educacionais aprofundadas no contexto da pandemia de Covid-19.

Tem a pretensão é colaborar com a gestão escolar na identificação das prioridades elencadas pelos professores, funcionários, alunos e familiares em busca da redução das desigualdades educacionais acumuladas durante o período pandêmico e reconstruir o projeto pedagógico da escola na perspectiva da gestão democrática e de uma educação com qualidade social.

A criação do guia tomou como referência, entre outros documentos, as notas técnicas produzidas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Guias Covid-19) com a intenção de colaborar com os sistemas públicos de ensino nas discussões sobre as políticas e ações escolares no contexto da pandemia. Além de compartilhar os principais achados desta pesquisa no âmbito do município de Diadema, pretende-se reunir informações úteis e dados de pesquisas confiáveis sobre educação, saúde e assistência social contexto da pandemia que possam contribuir com o trabalho dos gestores escolares no processo de reflexão e replanejamento das ações da escola na perspectiva da gestão democrática.

Estamos vivenciando o período pós- pandêmico, contudo, muitas lacunas em decorrência do distanciamento social estão postas, mas em virtude do desejo de oferecer uma educação de qualidade, cabe aos gestores buscar elementos que viabilizem a superação dos problemas de acesso, permanência de todas as crianças no contexto escolar e, que o processo de ensino e aprendizagem seja favorável, ainda que o tempo pandêmico tenha deixado marcas negativas, principalmente, devido às desigualdades de oportunidades para o acompanhamento e participação das aulas remotas.



2. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19:

O conceito de pandemia, na modernidade, está difundido mundialmente, isto devido a propagação do novo coronavírus (Sars-CoV-2), no qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) precisou declarar estado pandêmico. No Brasil, em março de 2020, frente ao elevado número de confirmações de pessoas infectadas pelo vírus, as escolas foram obrigadas a suspender suas aulas presenciais. No mundo já havia mais cem países anunciando o mesmo posicionamento em relação ao contexto educacional. Afinal, na época, era a única medida plausível para controlar o aumento de casos (ALMEIDA; DALBEN, 2020).

Foram tempo difíceis, de incertezas, de esperança que tudo passaria rapidamente, entretanto, o distanciamento social foi necessário por um tempo muito maior que o esperado. Cada país foi administrando a sua realidade e no Brasil, o cenário foi intensamente desesperador para todos os brasileiros. Diante do fato, em 11 de março de 2020, promulgou-se a Portaria 320, para instituir “o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação”. De acordo com a Portaria 320, em seu artigo 2º, os membros do comitê tinham o objetivo de analisar “[...] mudanças significativas de atividades no âmbito do Ministério da Educação e que demande medidas para a volta à normalidade” (BRASIL, 2020, p. 165).

Além disso, o Comitê poderia, dentre outras ações:

de educação a distância, sem a possibilidade de um período de aprendizado e de adaptação para gestores, professores e estudantes.

Com o encerramento das atividades escolares, em março de 2020, as autoridades educacionais deviam assumir a necessidade de um esforço adicional para equipar as unidades de ensino antes do retorno às aulas, o que não aconteceu. Dada a precariedade de condições da infraestrutura escolar, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vem promovendo a necessidade de elaborar um plano nacional de reabertura, que estabeleça protocolos de segurança e disponibilize recursos para implementar as adaptações necessárias (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2021).

Trata-se de um esforço significativo, se considerado o tamanho do sistema educacional público brasileiro, composto por 35.504.108 de estudantes, segundo o Censo Escolar 2020. Desse total, 1.236.104 são alunos de educação especial, o que inclui discentes com deficiência, indígenas, entre outros. Em contrapartida, o mesmo Censo Escolar apontou sérios problemas na infraestrutura das escolas: apenas 41,2% têm banheiros adequados para alunos do Ensino Infantil, e 4,6% da rede municipal e 5,2% da rede estadual sequer têm banheiros. Cerca de 89% das escolas públicas são abastecidas de água, recurso menos comum no norte do país (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2021).

- I - reunir informações para diagnóstico da operação emergencial, permitindo estabelecer metas e focos de atuação;
- II - convocar esforços e conhecimentos de profissionais que possam integrar, a convite, o COE/MEC;
- III - analisar o histórico da situação e o desenrolar de ocorrências semelhantes, de forma a subsidiar as tomadas de decisões;
- IV - planejar ações, definir atores e determinar a adoção de medidas para mitigar ameaças e restabelecer a normalidade da situação;
- V - acompanhar a execução das medidas propostas e avaliar a necessidade de revisão e planejamento (BRASIL, 2020a, p. 165).

O referido grupo, em início de trabalho preocupou-se em apresentar, em fase embrionária, “uma plataforma de monitoramento do coronavírus nas instituições de ensino” e deliberou recursos de verba para que as escolas pudessem prevenir a propagação do Vírus e ainda para a “flexibilização da oferta de aulas na modalidade a distância no sistema federal de ensino” (BRASIL, 2020b, on line).

Pode-se afirmar que diante da situação, a educação no contexto pandêmico sofreu em diversos sentidos para tentar se ajustar ao caos que estava instaurado com as sérias restrições provocados pelo espalhamento do vírus. Dentre tais consequências, os efeitos no âmbito pedagógico, estrutural e administrativo. Entretanto, no Brasil, o direito à educação está garantido na Constituição Federal que, em seu artigo 205, determina que a educação é um direito de todos, portanto, o ensino deveria chegar à casa de todas as crianças, haja vista a importância do ensino obrigatório que responde à magnitude da educação no desenvolvimento do ser humano.

A crise provocada pela pandemia de covid-19 tornou a preocupação em garantir o acesso à educação como direito de todos ainda mais latente. No entanto, a necessidade de suspender aulas presenciais para evitar a disseminação do vírus impôs a passagem para o modo

de educação a distância, sem a possibilidade de um período de aprendizado e de adaptação para gestores, professores e estudantes.

Com o encerramento das atividades escolares, em março de 2020, as autoridades educacionais deviam assumir a necessidade de um esforço adicional para equipar as unidades de ensino antes do retorno às aulas, o que não aconteceu. Dada a precariedade de condições da infraestrutura escolar, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação vem promovendo a necessidade de elaborar um plano nacional de reabertura, que estabeleça protocolos de segurança e disponibilize recursos para implementar as adaptações necessárias (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2021).

Trata-se de um esforço significativo, se considerado o tamanho do sistema educacional público brasileiro, composto por 35.504.108 de estudantes, segundo o Censo Escolar 2020. Desse total, 1.236.104 são alunos de educação especial, o que inclui discentes com deficiência, indígenas, entre outros. Em contrapartida, o mesmo Censo Escolar apontou sérios problemas na infraestrutura das escolas: apenas 41,2% têm banheiros adequados para alunos do Ensino Infantil, e 4,6% da rede municipal e 5,2% da rede estadual sequer têm banheiros. Cerca de 89% das escolas públicas são abastecidas de água, recurso menos comum no norte do país (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2021).



Outros dados, fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021), salientam as deficiências estruturais do ensino no Brasil: 39% das escolas não têm estruturas básicas para a lavagem de mãos, número substantivamente inferior no Estado do Amazonas, onde apenas 19% das escolas têm acesso ao abastecimento de água. Também no Norte, menos de 10% das escolas acessam os serviços públicos de esgoto. Em contrapartida, a quantidade de alunos matriculados por turma varia de 16, no Ensino Infantil, a 27, no Ensino Médio. Os números mostram que a quantidade de banheiros dos estabelecimentos educacionais é insuficiente para o total de estudantes que assistem às aulas.

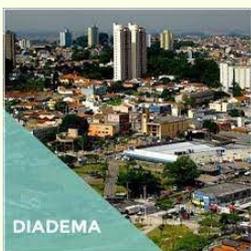
Às dificuldades de infraestrutura se sobrepõem as exigências que derivam do próprio contexto pandêmico e se relacionam à criação de processos de acolhida e de escuta, à necessidade de estabelecer novas formas de avaliação e de reorganizar o currículo, bem como à maior preocupação pela formação dos educadores (CAMPANHA..., 2021). Trata-se de mudanças que precisam de um aumento dos recursos disponíveis e de transformações estruturais das quais deveria participar a comunidade escolar.

No caso da educação, além das enormes dificuldades técnicas e pedagógicas dessa mudança, o conjunto de atores precisou lidar com as enormes desigualdades que caracterizam o sistema educacional brasileiro e se expressam em situações de vulnerabilidade social de muitos estudantes. A esse respeito, com base em dados de 2019, recolhidos pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD), o estudo da UNICEF (2021) aponta um grande número de crianças fora do sistema escolar. De acordo com esse órgão, a população de crianças fora da escola - a maioria delas entre 4 e 5 anos, e 15 a 17 anos - concentra-se nas regiões Nordeste e Sudeste, que também são as mais populosas do Brasil.

Contudo, em termos porcentuais, o estudo da UNICEF (2021, p. 12) indica que “a exclusão é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste”. A situação se agrava nas áreas rurais, onde 10% das crianças nessas faixas etárias estão fora do sistema escolar, situação que, nos casos de crianças pretas, pardas e indígenas, representa mais de 70% do total de crianças excluídas.

A suspensão de aulas presenciais levou professores e gestores educacionais a enfrentar não apenas os desafios da educação à distância, mas principalmente as enormes desigualdades sociais que cruzam o sistema e se expressam, por exemplo, na falta de computadores e de acesso à internet. Houve, ainda, a dificuldade de encontrar espaços de estudo em ambientes pequenos, saturados de pessoas e atravessados pelas enormes adversidades decorrentes da falta de trabalho e da crise econômica aguçada pela pandemia.

De acordo com o levantamento organizado para a dissertação de mestrado, no município de Diadema, a rede de ensino, na necessidade da modalidade remota foi complementada com aulas on-line, gravadas pelos professores ou em canais de televisão. Essa mudança tornou-se um grande dificultador tanto para professores como para gestores. Em pouco tempo, os docentes tiveram de redesenhar e/ou adaptar as atividades pedagógicas ao modo remoto, o que implicou transformações nas formas de elaborar e transmitir conteúdos, interagir com os estudantes e avaliar o trabalho pedagógico. A maioria destes profissionais trabalhou regularmente durante o período da pandemia, fosse preparando materiais, recebendo formações on-line ou fazendo plantões nas escolas (ROSA; PEREIRA, 2020).



Quanto aos gestores, principalmente aqueles que, pela primeira vez, assumiam o exercício da função, a mudança os colocou na linha de frente de um sistema que precisava se redesenhar em uma velocidade inédita. Era preciso reorganizar o calendário escolar e o atendimento de alunos e de suas famílias durante o período de isolamento, considerando as dificuldades técnicas e todas as outras, derivadas da difícil situação econômica e social que representa a pandemia para muitas famílias em condições de vulnerabilidade (ROSA; PEREIRA, 2020).

O aspecto pedagógico talvez tenha sido o mais prejudicado nesse recorte de tempo. Não raramente, encontramos uma equipe docente sem muito conhecimento sobre o manuseio das ferramentas tecnológicas em razão de vários motivos. Por conseguinte, sofreram para se adaptar à nova realidade, de modo que o direito à educação de qualidade pudesse ser usufruído por seus alunos. Diante disso, muitos foram os reflexos causados nos demais âmbitos pedagógicos, tais como a evasão escolar, a frustração dos sujeitos envolvidos no processo de aulas remotas, bem como o aumento de doenças mentais, como depressão e ansiedade, decorrentes de uma mudança súbita na rotina.

Neste sentido, na próxima seção apresentaremos reflexões para a transcendência dos problemas que ainda persistem no contexto educacional, mesmo que estejamos no processo pós- pandêmico. Obviamente, para ceifar as lacunas, muito tempo demorara, mas quanto mais elementos os gestores educacionais conhecerem, mais leve e breve será esse tempo

3. SUBSÍDIOS PARA REFLETIR SOBRE A ESCOLA NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO

O prédio da escola continua o mesmo, contudo, as pessoas que nele estão têm marcas do tempo pandêmico. Tempo capaz de distanciar as pessoas, de mudar suas rotinas, de compartilhar cotidianos, de ensinar sem olhar nos olhos, de aprender sem ter o toque do professor, de conviver com os seus pares, de vivenciar um cotidiano com divergências e ajustes. As pessoas perderam muito com o isolamento social. Em contrapartida, adquiriam saberes que na escola não seria possível. Tudo isso modificou o que se entendia por ensinar e aprender, mostrou as desvantagens dos favorecidos socialmente, pois enquanto uns tinham acesso garantido por meio de seus equipamentos de primeira geração, outros precisaram buscar suas tarefas impressas na escola, devolver e deixá-las e quarentena para que não transmitissem ou se infectassem com o Covid- 19.

Sobre as desvantagens e menos favorecidos socialmente, não foi uma condição da pandemia. Contrário, a pandemia deu vistas a este público. Na realidade, segundo estudos recentes do UNICEF (2021) mostrou o cenário brasileiro e evidenciou que um grande número de crianças está fora do sistema escolar. De acordo com esse órgão, a população de crianças fora da escola. Tal realidade não foi em decorrência do distanciamento social, nem mesmo porque as crianças não voltaram para a escola- a maioria delas entre 4 e 5 anos, e 15 a 17 anos - concentra-se nas regiões Nordeste e Sudeste, que também são as mais populosas do Brasil.

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Cidades adotam critérios distintos na retomada das aulas presenciais

De acordo com o levantamento realizado em 2021, as cidades adotam critérios distintos para a retomada das aulas presenciais. O estudo do Unicef aponta que, em geral, as cidades com maior população adotam critérios mais rigorosos para a retomada das aulas presenciais.



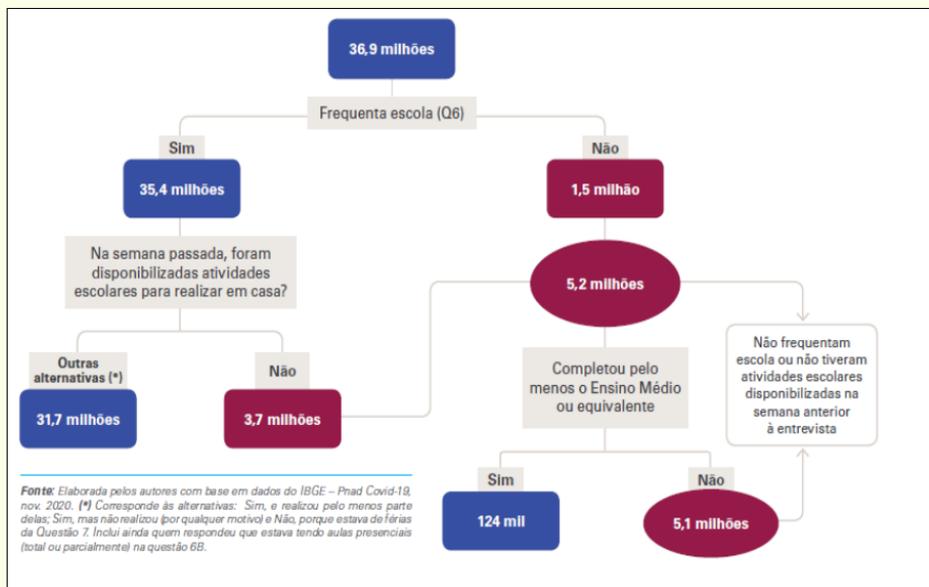
Retomada das aulas presenciais

De acordo com o levantamento realizado em 2021, as cidades adotam critérios distintos para a retomada das aulas presenciais. O estudo do Unicef aponta que, em geral, as cidades com maior população adotam critérios mais rigorosos para a retomada das aulas presenciais.

Contudo, em termos percentuais, o estudo do UNICEF (2021, p. 12) indica que “a exclusão é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste”. A situação se agrava nas áreas rurais, onde 10% das crianças nessas faixas etárias estão fora do sistema escolar, situação que, nos casos de crianças pretas, pardas e indígenas, representa mais de 70% do total de crianças excluídas.

Por último, o mesmo estudo indica que a maioria das crianças pretas, pardas e indígenas pertence a “famílias com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo” (UNICEF, 2021, p. 30). A baixa renda das famílias “sugere que as condições de vida e de acesso às demais condições de vida e de acesso às demais condições de dignidade e aos demais direitos também podem estar comprometidas” (UNICEF, 2021, p. 32). Esse cenário tornou-se mais dramático durante a pandemia, uma realidade que, ainda conforme o Unicef (2021, p. 44), “pode conter informações sobre a dimensão da tragédia brasileira e indícios sobre quais iniciativas podem ser determinantes para o enfrentamento da exclusão escolar”.

Durante o ano de 2020, as porcentagens de estudantes fora da escola aumentaram nos setores indicados, o que evidencia que “o cenário imposto pela pandemia intensifica e exige medidas que busquem o seu enfrentamento” (UNICEF, 2021, p. 51). Com base nos dados da pesquisa IBGE-PNAD Covid, foi elaborado o seguinte fluxograma, que evidencia grande parte do drama brasileiro no campo da educação:



Entre as ações propostas pela UNICEF para combater esse cenário, destacam-se as seguintes: busca ativa de crianças e adolescentes fora do sistema escolar; organização de campanhas públicas para matrícula na escola; garantia de acesso à internet; apoio a dirigentes escolares, docentes e técnicos no acompanhamento e monitoramento das trajetórias de estudantes e nas iniciativas para reduzir o abandono escolar; e, finalmente, fortalecimento do sistema de garantia de direitos.

3.1 Busca Ativa: igualdade de oportunidades



No que concerne a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola, compete diretamente aos gestores escolares. Cabe salientar que faltas sempre estiveram na realidade das escolas brasileiras, mas pós- pandemia se acentuaram. Assim sendo, segundo a UNICEF (2021, p. 51) orienta:

Uma vez identificadas as crianças e adolescentes que estão fora da escola, é preciso entrar em contato com elas(es) e com suas famílias, entender as motivações, e atuar, de forma intersetorial, para sanar desafios e possibilitar o início ou o retorno à escolarização. A oferta de vagas em horários compatíveis às atividades das famílias, no caso das crianças e às atividades das(os) adolescentes, bem como a proximidade da escola e da moradia ou do trabalho ou a disponibilização de transporte escolar, são informações a serem incluídas no planejamento das iniciativas.

Talvez os gestores não obtenham sucesso na busca ativa, por isso, conforme traz o UNICEF (2020), faz-se primordial a articulação das redes de apoio como Conselho Tutelar, um órgão que deve prezar pelo bem-estar físico, emocional e intelectual das crianças e adolescentes. Neste aspecto, o gestor e suas redes de ensino não estão à deriva, pois:

Para apoiar estados e municípios, o UNICEF conta com a estratégia Busca Ativa Escolar, desenvolvida em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) (UNICEF, 2020, p. 52).

O presente estudo visa servir de guia para gestores, por isso, para contribuir com possíveis estratégias o UNICEF dispõe de um site para a ação. Desta forma, quando o gestor busca alternativas para garantir que todos os alunos estejam na escola, regularmente matriculado e frequente, está garantido o princípio da educação para todos, disposto na Constituição Federal de 1988. Contudo, as

exigências e direitos vão além dessa premissa. Para Cury (2007) há a necessidade de garantir uma base material, isto é, financiamento e apoio na entrega de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. A seu ver, essas duas condições garantem que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva em condições similares para o conjunto de estudantes.



<https://buscaativaescolar.org.br>

Schneider (2014, p. 7) também considera que tanto as ideias de igualdade de acesso à educação, como de igualdade de tratamento ignoram “as diferenças que estão postas antes do acesso à escola, e que estão ligadas ao contexto econômico, cultural e social que estão inseridos essas pessoas”. Sob este ponto de vista, para o autor, “se antes a discussão do direito passava pela vaga, ou seja, pela disponibilidade de espaços para educar, hoje ela estende-se a ideia de qualidade do ensino que é oferecido” (p. 9). Em sua concepção, a qualidade do ensino necessita, dentre ou-

tros elementos, de condições materiais e estruturais que garantam “um ambiente saudável, que propicie o desenvolvimento do educando como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente” (SCHNEIDER, 2014, p. 9).

Acerca da qualidade de ensino, o gestor escolar deve ainda ter um papel ativo na elaboração do projeto pedagógico, como forma de também garantir a qualidade do ensino. Nesse sentido, Cury (2007) indica a importância de definir calendário escolar, organização pedagógica, conteúdos curriculares, formas de aproveitamento de estudos, processos avaliativos e formas de recuperação.

Todas as ponderações expostas nos conduzem a pensar em estratégias para que todos tenham a oportunidade de recuperar o tempo perdido. Neste sentido, faz-se primordial que os ambos os atores analisem a realidade escolar e vislumbrem projetos capazes sanar as problemáticas.

3.2 Currículo e Recuperação das aprendizagens

A crise provocada pela pandemia de covid-19 tornou a preocupação em garantir o acesso à educação como direito de todos ainda mais latente. No entanto, a necessidade de suspender aulas presenciais para evitar a disseminação do vírus impôs a passagem para o modo de educação a distância, sem a possibilidade de um período de aprendizado e de adaptação para gestores, professores e estudantes.

Segundo o UNICEF (2022), com o retorno presencial das aulas, muito se percebeu declínio nas aprendizagens das crianças, tornando-se desafiador a recuperação ou a recomposição. Em uma pesquisa feita no mês de agosto de 2022 pelo UNICEF, redes de ensino declararam ser desafiador fatores como logística, alimentação, infraestrutura e até mesmo transporte. Mas, há tam-

bém a aceitação das famílias e dos estudantes.

Segundo a pesquisa do UNICEF (2022), as redes de ensino precisaram readaptar o currículo, pois a partir das avaliações diagnósticas constataram defasagens dos estudantes em relação ao ano/ ciclo. De acordo com Vozes da Educação (2022), diversos países enfrentam a mesma problemática encontrada no Brasil, por isso, algumas estratégias foram organizadas, na qual uma delas é reorganização curricular: “o currículo é revisto, de modo a excluir sobreposições e repetições de habilidades; apenas habilidades prioritárias são trabalhadas [...] O currículo é substituído temporariamente pelas habilidades estruturantes de linguagem, numeracia e socioemocionais” (VOZES DA EDUCAÇÃO, 2022, p. 5),

Ademais, outras medidas são tomadas e envolvem o agrupamento por hipóteses aproximadas e não por ano/ciclo, mas após os objetivos alcançados, todos retornam para suas salas de origem. Parte muito importante do processo é a avaliação diagnóstica e o acompanhamento da evolução das crianças (VOZES DA EDUCAÇÃO, 2022).

Uma medida de extrema necessidade na recuperação das aprendizagens é o investimento na formação continuada dos docentes, algo que sempre foi discutido como importante para a qualidade do ensino, e que, com a situação de pandemia ficou ainda mais evidenciado, pois os novos desafios também expuseram as fragilidades no processo de ensino- aprendizagem, no que tange as metodologias e didática do professor.

Para Araújo e Silva (2021) corroboram que a formação do professor brasileiro é frágil, mas se queremos uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que impactam na qualidade de ensino e aprendizagem dos alunos.

As discussões e reflexões sobre as aprendizagens das crianças e, em especial daquelas que apresentam defasagem não é novidade, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), em seu Art. 22º, no qual dispõe: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Neste sentido, para a efetivação deste artigo, a escola tem por obrigação oferecer “[...] estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;” (BRASIL, 1996).

Tais ponderações nos conduzem a pensar em estratégias para que todos tenham a oportunidade de recuperar o tempo perdido e avançar em suas hipóteses de acordo com suas potencialidades. Ao mencionar “de acordo com suas potencialidades” podemos referir os alunos com deficiência, pois no mesmo sentido das perdas causadas pela pandemia, essas crianças também tiveram o processo de ensino e aprendizagem interrompidos. Assim sendo, suas necessidades devem ser observadas ainda mais.

3.3 Educação especial

“Educação especial”, de acordo com a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 é uma modalidade de ensino e envolvem as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, contudo, lhes são asseguradas a matrícula na rede regular de ensino desde a educação infantil, cabendo, às instituições de ensino, compreender as necessidades de cada aluno, organizar-se para atender suas necessidades, de modo que possam avançar em seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2001).

Mesmo considerando que o público da educação especial deve ser atendido em salas de ensino regular, a Resolução nº 2 dispõe que as redes de ensino “[...] devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva” (BRASIL, 2001, p. 1).

No contexto pandêmico, o público pertencente à educação especial, assim como os demais alunos, foi afetado negativamente, pois o distanciamento social os apartou do convívio diário com seus pares. Pesquisa realizada por Rosa e Martins (2021) evidenciou que na percepção dos gestores escolares, as adequações das estratégias para o atendimento dos alunos, foram mens favoráveis para os discentes da educação especial. Para as autoras, o resultado foi similar ao contexto fora da pandemia, visto que normalmente, “se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e psicológica”.

No que tange ao trabalho com a educação especial, em nossa dissertação “Direito à educação em tempos de pandemia: o papel do gestor no município de Diadema”, percebe-se por parte dos gestores e professores participantes da pesquisa grande esforço para atendê-los com qualidade e garantir a participação nas aulas assíncronas e síncronas. A exemplo, uma gestora enfatizou que para atender os alunos com deficiência auditiva, a escola onde trabalha utilizou a conversão de uma legenda em Libras a fim de facilitar o entendimento dos alunos.

Partindo das observações acerca do contexto pandêmico vivenciado e da constatação que o público da educação especial ficou e fica em desvantagem em relação aos demais alunos, torna-se fundamental que redobrar a atenção para a recomposição das oportunidades de aprendizagens desse público na situação de pós-

-pandemia, na pretensão de reduzir as desigualdades educacionais e fortalecer a garantia do direito de educação para todos a uma educação de qualidade.

Na mesma direção da educação especial, o público da EJA também foi muito prejudicado na época em que vivemos a situação e pandemia, por isso, versar sobre esta modalidade de ensino é essencial.

3.4 Educação de Jovens e adultos

Sabemos que a EJA é uma modalidade de ensino seriada, que propicia ao estudante condições de finalizar sua vida escolar mais rapidamente. Por isso, costumeiramente, é constituída por um público com faixa etária superior à modalidade regular. Isso, por sua vez, também nos convida a pensar em termos de inclusão no ensino adulto, e essa premissa deve ser motivadora para a orientação da gestão escolar (ARROYO, 2008; BRANDÃO, 2008; ABRAMOVAY; WAISELFISZ, 2015).

De acordo com Arroyo (2008) e Brandão (2008), entender a educação em suas especificidades é, antes de tudo, compreender em que medida o sistema educacional formal pode colaborar para os demais domínios educacionais, muitos até não formais. Nesse sentido, entender a EJA como uma modalidade de ensino nos exige atenção especial, sobretudo no que se refere ao seu público principal, caracterizado, na sua maior parte, por pessoas que estão retornando, gradualmente, à rotina escolar após um período de hiato. Nesse escopo, não cabe inserir rótulos ligados à faixa etária, pois, de acordo com Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), a percepção de idade no sistema EJA é bastante questionável, considerando o expressivo ingresso de alunos ditos “jovens”.

Durante o período de pandemia os recursos digitais foram muito explorados e auxiliaram o contato entre professores e alunos, porém, o público da EJA tem uma característica acentuada que é a dificuldade em lidar com as novas tecnologias. Assim sendo, por meio de nossa pesquisa de mestrado na cidade de Diadema foi possível compreender, a partir das contribuições dos participantes, que o trabalho pedagógico com os alunos da EJA exigiu muito empenho por parte das equipes gestoras e professores e estratégia como: criação de grupos de WhatsApp, organização de atividades impressas e até mesmo gravações de vídeos.

No que compete à criação de vídeos isolados por parte dos professores, é válido dizer que essa estratégia foi crucial no processo das aulas remotas, pois os alunos poderiam se valer da premissa da repetição para fixar o conteúdo das aulas. Na ocasião, a dificuldade residia muito mais nas habilidades que os professores tiveram de desenvolver frente às câmeras, visto que se tratava de uma prática pouco utilizada por eles.

Oportuno enfatizar que os momentos síncronos e assíncronos fizeram toda a diferença durante o período pandêmico, especialmente o síncrono, já que, ao se reunirem com os alunos ao vivo, os docentes se sentiam mais à vontade para recriar o ambiente de sala de aula e tirar as dúvidas dos estudantes.

De acordo com uma das gestoras que participou de nossa pesquisa, as estratégias foram pensadas a partir de dois momentos: no primeiro, havia a entrega de cestas básicas, o que facilitava o acesso aos estudantes devidamente matriculados na escola. Após a distribuição, havia a entrega de atividade ou de algum exercício avaliativo, que geraria nota ao final do processo. O segundo momento contava com o engajamento dos alunos na plataforma Google Meet, ponto de partida pensado por intermédio de uma pro-

fessora surda.

O primeiro momento revela uma visão de inclusão por parte da gestão, constituída a partir do ato assistencial. Logo, a escola assume condições sociais de um órgão capaz de agregar e reverberar a inclusão social, com base em várias perspectivas. Nesse sentido, entendemos que a instituição escolar se posicionou como um aparelho ideológico capaz de atuar em aspectos não necessariamente escolarizados do ponto de vista formal. Assim, assumiu uma postura humanizadora e transcendental.

O momento de engajamento via Meet reflete um estágio mais avançado das estratégias adotadas para a educação remota: a escola se utilizou do aporte tecnológico para reverberar uma discussão de educação a partir da inclusão digital. Parece ter sido um momento comum entre as escolas em tempo de pandemia, que recorreram a tais plataformas a fim de viabilizar uma educação por meio dos saberes digitais (KENSKI, 2003).

Os recursos digitais e as novas tecnologias de comunicação no contexto pós- pandêmico, no qual estamos vivendo, também podem ser consideradas estratégicas para o avanços de todas as crianças, jovens e adultos, porém trata-se de uma questão que merece reflexões, por não estar tão acessível para todos.

3.5 Recursos digitais

Como visto, os recursos digitais foram importantes para que o estreitamento dos vínculos entre docentes e discentes, portanto, neste guia, torna-se elementar discorrer sobre o assunto, visto que setor da educação precisou de uma profunda reestruturação para garantir o direito dos estudantes ao ensino. A suspensão de aulas

presenciais levou professores e gestores educacionais a enfrentar não apenas os desafios da educação à distância, mas principalmente as enormes desigualdades sociais que cruzam o sistema e se expressam, por exemplo, na falta de computadores e de acesso à internet. Houve, ainda, a dificuldade de encontrar espaços de estudo em ambientes pequenos, saturados de pessoas e atravessados pelas enormes adversidades decorrentes da falta de trabalho e da crise econômica aguçada pela pandemia.

Portanto, entendemos que a tecnologia foi indispensável em todos os momentos, porém, no início, a sua função foi ainda mais primordial, pois proporcionou comunicação entre os atores sociais concernentes à realidade em que operavam. Dessa maneira, percebemos também que a escola teve proatividade imediata para que a situação pudesse ser contornada o mais rápido possível (DAGNINO, 2002; GOMEZ, 2004).

Dagnino (2022) apresenta uma percepção bastante interessante no que compete à relação entre sociedade e tecnologia. Em sua visão, entender a tecnologia no contexto da educação é, na verdade, entender como se processa o fenômeno da comunicação mediada pelo acervo tecnológico da escola. Nesse sentido, o autor acrescenta, ainda, que a reação de proatividade dos sujeitos escolares, na realidade presente, tem relação direta com o uso que os sujeitos fazem da tecnologia.

Já Gomez (2004) estabelece um paralelo entre tecnologia e educação emancipatória. De acordo com o autor, é necessário compreender que a liberdade de pensar e tomar decisões depende de como agimos diante da emergência dos recursos tecnológicos, típicos de uma realidade globalizada. Portanto, adotando os postulados freireanos como motivadores, esse autor propõe um olhar humanizador do uso tecnológico na escola, considerando-o uma

medida capaz de catalisar o conhecimento de todos os envolvidos.

Oportuno enfatizar que durante o contexto pandêmico um grande número de estudantes não conseguiu manter o vínculo com a escola ou realizar as atividades pedagógicas propostas pelos professores por meios remotos, o que redundou em grandes prejuízos educacionais.

Certamente, muitas das dificuldades de conectividades e de aquisição de aparelhos para a garantir a democratização de acesso à internet ainda está distante de se erradicar, por isso, faz-se necessário que políticas públicas sejam criadas para que tais recursos sejam ferramentas para qualificar o processo de ensino-aprendizagem.

3.6 **Gestão Democrática**

A gestão democrática, segundo o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, está como um princípio, portanto não é opcional ao gestor escolar promovê-la no âmbito escolar, mesmo porque, o mesmo princípio está posto também da Lei de Diretrizes e Bases 9393/96, no artigo 3º.

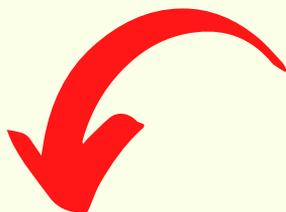
Um dos elementos fundamentais da gestão democrática é participação de todos os segmentos nas tomadas de decisões. Assim sendo, o Conselho Escolar é o principal órgão para a efetivação da gestão democrática, por haver representatividade de todos os segmentos, inclusive das famílias e comunidade.



Será no conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas para, se for o caso dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, - ser aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola, instância executiva, que se encarrega de pôr em prática, as decisões ou sugestões do Conselho de Escola (ANTUNES, 2002, p.23).

O que o Conselho Escolar tem a ver com o contexto pós-pandemia?

Se estamos vivendo uma fase desafiadora na escola, devido à pandemia, cabe também nos fóruns de discussões pensar em estratégias para minimizar os impactos negativos que pairam no processo de ensino-aprendizagem, afinal, todos podem contribuir para implementar projetos pedagógicos na escola. Assim sendo, garante-se:



Descentralização
Autonomia
(Co)responsabilização
Escola integrada à comunidade
(LIBÂNEO, 2004).

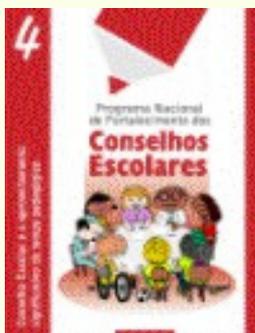
Em linhas gerais, a equipe gestora precisa do envolvimento de todos os segmentos escolares, afinal, os gestores não têm a obrigação de ter todas as respostas, mas precisa oportunizar que todos pensem em possibilidades para resolução de problemas da escola.

SAIBA MAIS

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Tem por objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares, por meio da elaboração de material didático específico e formação continuada, presencial e a distância, para técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de educação e para conselheiros escolares, de acordo com as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática.

O ministério da Educação tem diversos materiais de apoio para as equipes gestoras:



<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares/publicacoes>

Leituras complementares



Clique para
Acessar



Projeto define medidas para recuperação das perdas educacionais pós-pandemia

Um projeto de lei que tramita no Senado institui normas para recuperação das perdas educacionais decorrentes da pandemia de covid-19, a serem...



Aprendizagem depois da pandemia: foco no diagnóstico e na formação

Maria Alice Junqueira de Almeida, do Cenpec, reflete sobre como podemos recompor a aprendizagem dos alunos, baseada na pandemia da covid-19.

Pesquisa Undime
Educação na Pandemia

2022
Agosto



Brasil

Publicado em parceria com Itau Social UNICEF CDE

Recuperação da aprendizagem é prioridade e desafio para a maioria das redes...

Realizada pela Undime, com apoio do UNICEF e Itaú Social, pesquisa ouviu 3.245 municípios brasileiros, representando mais de 14,2 milhões de matrículas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFSZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?**. Brasília: MEC, 2015.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A. (Re)Organizar o Trabalho Pedagógico em Tempos de Covid-19: No Limiar do (Im)Possível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e239688, 2020.

ANTUNES, Â. **Aceita um Conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

ARROYO, M. G. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Construção coletiva:** contribuições à educação de jovens e adultos. 2. ed. Brasília: Unesco, MEC, RAAAB, 2008.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular e a educação de jovens e adultos:** antes e agora. In.: MACHADO, M. M. Formação de educadores de jovens e adultos. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N° 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em 11 out. 2022.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CP.** Parecer CNE/CP 5/2020 . Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. D.O.U. de 10/6/2020, Seção 1, p. 32. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U. 23 dez. 1996. Brasília, DF, 1996.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Guia dos guias**

Covid-19: educação e proteção 70 recomendações para políticas emergenciais e cenário em 2021. Disponível em:

<https://campanha.org.br/covid-19/>

CURY, C. A. J. A gestão democrática na escola e o direito à Educação.

RBPAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set/dez. 2007.

DAGNINO, R. P. Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade e determinismo. **DataGramZero**, 3, n. 6, 2002.

GOMEZ, M. V. **Educação em rede: uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

KENSKI, V. M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**.

Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

ROSA, S. S. da. PEREIRA, R.; (Coords). **Políticas e estratégias dos sistemas municipais de ensino do ABC paulista durante a pandemia de covid-19**. Relatórios I e II Universidade Municipal de São Caetano, 2020. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/noticias/ppge-pesquisa-pandemia> Acesso em: 25 nov. 2020.

SCHNEIDER, G. **O direito à educação e direito a uma escola com boas condições materiais e estruturais:** possíveis interlocuções. In: X ANPED SUL, 2014, Florianópolis. Disponível em:

http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/960-0.pdf Acesso em: 25 out. 2021.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: Opas, 2015. 83 p.

UNICEF. **Cenário da exclusão social no Brasil.** Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Dados publicados no site da estratégia Busca Ativa Escolar (buscaativaescolar.org.br) do UNICEF e parceiros. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias - CENPEC, abril, 2021.

VOZES DA EDUCAÇÃO. **Recomposição das aprendizagens em contextos de crise.** Fevereiro- 2022. Disponível em:https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/educa_juntos_recomposicao_aprendizagens_contexto_crise_vozes_e_educacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.